

OS PROTESTOS EM DEFESA DA DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO DAS TORCIDAS ANTIFASCISTAS EM JUNHO DE 2020

Robson Vasconcelos Carvalho¹

Resumo: O objeto empírico deste trabalho se encontra no espaço dos grupos autodeclarados como coletivos antifascistas brasileiros, no âmbito das torcidas organizadas de futebol e foco na pioneira e líder: *Democracia Corinthiana*. A pretensão é colaborar com uma visão sobre o papel desempenhado por elas em seu reaparecimento no cenário político brasileiro, nos protestos de junho de 2020, ao empunhar uma bandeira em comum – *Somos Democracia*, contra o autoritarismo do governo Bolsonaro e seus seguidores que defendiam, inclusive, “*intervenção militar com Bolsonaro*”. O *Somos Democracia* reuniu nas principais capitais do país e especialmente em São Paulo, coletivos antifascistas de diversas torcidas organizadas de futebol, inclusive rivais entre si. Após uma revisão analítica de alguns fatos históricos que relembram as conexões entre a política e o futebol, o contexto contemporâneo será aprofundado por meio de entrevista com um jovem líder da torcida antifascista corinthiana. O desafio é tentar compreender o contexto e o porquê desses coletivos terem ido às ruas, como se articularam em plena pandemia, quais foram as principais adaptações em seus repertórios, e qual foi o papel das redes e mídias sociais digitais durante o período. A teoria da democracia participativa reconhece legitimidade democrática nas formas amplas de participação política extra-institucionais, que contemplam tipos de protestos e ações políticas, como as realizadas por esses coletivos em junho de 2020 no Brasil.

Palavras-chave: Democracia; Antifascismo; Torcidas de futebol

Abstract: The empirical object of this work is in the space of groups self-declared as Brazilian anti-fascist collectives, within the scope of organized football fans and focus on the pioneer and leader: *Corinthiana Democracia*. The intention is to collaborate with a vision of the role played by them in their reappearance in the Brazilian political scene, in the June 2020 protests, by holding a common flag – *Somos Democracia*, against the authoritarianism of the Bolsonaro government and its followers who defended, including “*military intervention with Bolsonaro*”. *Somos Democracia* brought together in the main capitals of the country and especially in São Paulo, anti-fascist collectives from various organized football fans, including rivals with each other. After an analytical review of some historical facts that recall the connections between politics and football, the contemporary context will be deepened through an interview with a young leader of the Corinthians anti-fascist cheerleader. The challenge is to try to understand the context and why these collectives took to the streets, how they articulated in the middle of the pandemic, what were the main adaptations in their repertoires, and what was the role of digital social networks and media during the period. The theory of participatory democracy recognizes democratic legitimacy in the broad forms of extra-institutional political participation, which include types of protests and political actions, such as those carried out by these collectives in June 2020 in Brazil.

Keywords: Democracy; Anti-fascism; soccer fans

¹Doutorando em Ciência Política/UNB. Email: robsonvcarvalho@hotmail.com

1.0. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo se propõe a refletir sobre a temática da democracia, a partir da análise dos protestos em defesa da democracia, sobretudo protagonizados pela ação das torcidas antifascistas em junho de 2020.

Considerando os estudos disponíveis sobre democracia, é possível constatar que há diversas formas de compreensão do seu real sentido teórico, de expressão de seus conceitos na prática e de configuração de modelos institucionais. Tais entendimentos sobre o sentido da democracia e suas aplicações variam conforme o tempo e o espaço, o contexto, a constituição formal por meio da qual materializam-se as suas leis e regras e o governo de plantão que as aplica. E, deste modo, o experimento democrático vivenciado pelos cidadãos poderá variar das formas mais amplas, que tentam aproximar-se do ideal de democracia direta, às formas mais restritas de participação política, chegando às fronteiras com o seu principal regime antagônico, qual seja, o autoritarismo. Por formas amplas de participação, este pré-projeto considera o entendimento não apenas daquelas que se dão nos espaços relativos às instituições democráticas formais, mas também as que podem se dar em vários espaços, como nas ruas ou no próprio ambiente de trabalho, conforme defendido por Pateman (1992).

Dentre as principais propostas de delineações de vertentes democráticas, este estudo se identifica com o mapeamento desenvolvido por Miguel (2005): democracia liberal pluralista, deliberativa, republicanismo cívico, a democracia participativa e o multiculturalismo. Diante destes modelos, será aprofundada a discussão acerca da democracia participativa, trabalhando com a concepção ampliada de participação política, onde o protesto é reconhecido como ação política estratégica essencial e legítima, que põe luz – ou interrompe – ao processo decisório e que pode ser materializado em ações protagonizadas por coletivos ou movimentos sociais institucionalizados ou não, contínuos ou não e conflitivos ou não, e que dão visibilidade aos excluídos da própria democracia nos moldes em que a mesma é “aceita” formalmente.

A delimitação deste trabalho considera para efeitos de estudo, ações políticas protagonizadas por coletivos que atuam por fora da institucionalidade e que tencionem constantemente, podendo chegar a registrar conflitos em meio às suas atividades políticas de protesto, e, neste sentido, está alinhada ao pensamento de Miguel (2005), pois: *“esta é, afinal, a razão da reflexão teórica*

sobre a democracia: não apenas entender o mundo, mas contribuir para transformá-lo, no diálogo permanente com as forças sociais em movimento” (MIGUEL, 2005, p. 33).

Destaque-se que o coletivo escolhido para estudo se adequa ao conceito de *repertório de contenção* Tilly (1992), que objetiva compreender escolhas e tomadas de decisão por parte dos movimentos sociais, não se apegando ao conteúdo da ação coletiva realizada, mas, à sua forma. O autor foi aperfeiçoando o conceito para tentar captar mais fidedignamente fatores políticos presentes em movimentos sociais e ações de protesto, especialmente as permeadas por confrontos e conflitos (Alonso e Botelho, 2012).

Situado o campo teórico, cabe destacar que o objeto empírico se encontra no espaço dos grupos autodeclarados como coletivos antifascistas brasileiros, com atuação na segunda década do século XXI, no âmbito das torcidas organizadas de futebol e foco na pioneira – e provável líder, conhecida como “*Democracia Corinthians*” (MARTINS, 2012; FLORENZANO, 2010; MARTINS E REIS, 2014). A pretensão é estudar o papel desempenhado por elas em seu retorno ao cenário político brasileiro, nos protestos de junho de 2020, ao empunhar uma bandeira em comum – “*Somos Democracia*”, que reuniu nas principais capitais do país coletivos antifascistas de diversas torcidas organizadas de futebol, inclusive rivais entre si (PETROCILO E SABINO, 2020; MAGRI, 2019), tais como: Gaviões da Fiel, Torcida Jovem do Santos, Democracia Rubro Negra, Palmeiras Antifascista, Resistência Alvinegra do Atlético Mineiro, Inter Antifascista, Fluminense Antifascista, Esquerda Vascaína, dentre outras, que, como se sabe da existência, podem chegar a cerca de sessenta. Devido à pandemia COVID19, nem todas estiveram presentes.

O desafio principal desse estudo é tentar compreender em que contexto e por quê motivos esses coletivos foram às ruas. Como esses coletivos se articularam? Em sendo possível avançar nestas questões, espera-se reunir as informações necessárias para aprofundar o debate e tentar responder também a uma questão importante: há legitimidade nos protestos de junho de 2020, protagonizados por coletivos antifascistas de futebol que agiram politicamente por fora da institucionalidade?

A hipótese apontada é que sim, pois acredita-se ser possível encontrar respaldo na teoria da democracia participativa, e na ampliação de um debate

sobre formas mais amplas de participação que contemplem o tipo de protesto e ações políticas realizadas por esses coletivos em junho de 2020 no Brasil.

2.0. REFLETINDO SOBRE A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Os estudos identificados sobre a democracia participativa, foco deste artigo, apresentam três características principais: reconhece como democráticos movimentos que se dão por fora da institucionalidade; que a experiência democrática deve ser compreendida para além do voto; e considera o conflito e o uso tático de ações disruptivas como parte fundamental da ação política no âmbito do processo democrático.

Em relação ao primeiro tópico, é possível abordá-lo a partir de um questionamento: democracia e política se fazem apenas no âmbito do parlamento e das instituições formais ou legitimamente podem contemplar também os protestos nas ruas, que têm o potencial de produzir seus efeitos de fora para dentro?

Em um de seus textos, onde discute desafios ativistas à democracia deliberativa – que é crítica a táticas como ocupações, passeatas e boicotes em detrimento do diálogo que vise ao consenso, Young (2014) aponta o seu pensamento a respeito do tema: “*Já foram cantados em prosa e verso os movimentos por justiça social que protestaram nas ruas, convencidos de que as instituições existentes e os procedimentos normais só reforçavam o status quo*”. (YOUNG, 2014, p. 187).

Sobre essa questão, considerando o próprio ambiente da academia, Vitullo (2005) fez um alerta à importância de que se abandonem concepções elitistas e institucionalistas de democracia, que entendem que fora das instituições não há legitimidade no exercício de ações políticas, argumentando que é justamente nestas esferas onde “*estão surgindo os germes de renovação política*” (VITULLO, 2005, p. 316).

A segunda característica se refere à necessidade de se enxergar que participação política, no contexto de um regime democrático representativo, deve ser vista para além, exclusivamente, da participação através do voto. Para Miguel (2019), reduzir o sentido de democracia meramente à competição eleitoral, significa: “*o abastardamento do ideal de igualdade política e de soberania popular que era associado a ela*”. O autor critica o modelo liberal padrão que

desconsidera as desigualdades sociais existentes entre os diferentes atores que disputam no campo da política. A compreensão de que simplesmente o voto colocaria tais atores em pé de igualdade não condiz com a realidade dos fatos.

Teoricamente, por meio do voto, representados escolhem representantes para estes debaterem e tomarem decisões que lhes sejam favoráveis ou, no mínimo, levem em consideração seus anseios. Mas, na prática das democracias *realmente existentes*, o que se observa é a maioria dessas decisões sendo tomadas sem ouvir os impactados em suas próprias vidas por tais decisões. Miguel (2019) assinala que o desafio é compatibilizar a vontade de democracia com o que ele reconhece como necessidade de representação; o motivo seria: *“porque os representantes são estimulados a prestar contas prioritariamente a detentores de recursos importantes (financiadores de campanha, meios de comunicação), em vez de prestá-las aos seus eleitores”*. (MIGUEL, 2019).

Ainda sobre a eficácia do voto, nem todos os teóricos têm uma visão otimista, como destacado no diálogo presente na biografia de Weber, exprimindo a visão do filósofo alemão a respeito do que o voto representaria para a democracia, em resposta ao General Ludendorff, em 1919: *“na democracia o povo escolhe seu dirigente, no qual confia e depois o eleito diz: “Agora fechem a boca e obedçam!”*, declaração que concitou a aprovação do general, que afirmou: *“esse tipo de democracia pode ser do meu agrado”*. (WEBER, MARIANNE, 1988, apud VITULLO, 2007, p. 69).

Apesar da sua importância, o significado do voto deve ser entendido como o primeiro passo, uma forma mínima de exercício da cidadania. O voto, sem a participação política, serve apenas para legitimar a ação de representantes que não levam em conta a oitiva dos interesses dos representados. Para Almeida (2019a)², *“representação precisa de participação”* e exemplifica com uma atitude tomada nestes termos, no início do Governo Bolsonaro, que prejudica o próprio controle social: *“O decreto nº 9.759, de 11 de abril, extingue com uma canetada vários colegiados, conselhos e comissões em nível federal, ameaçando a participação social. O problema é que a caneta que assina o decreto pode ser popular, mas as suas consequências não serão”* (ALMEIDA, 2019a).

² Sugestão de leitura: Almeida (2019b) e Avritzer (2008).

Quanto ao terceiro ponto, é vale assinalar que o conflito, historicamente, era associado a importantes lutas e conquistas em favor da coletividade e assumiu lugar central na construção da própria democracia. Ames (2011) lembra que uma das afirmações mais importantes de Maquiavel é a de que boas leis nascem dos conflitos sociais. De fato, grandes avanços ocorreram em virtude de tensões, ações disruptivas e outras formas de pressão oportunizadas pelo conflito. Mesmo quando se trata de direitos já conquistados, cabe destacar: conflitos materializados nos protestos são necessários para assegurá-los e ampliá-los. Conforme Young (2014, p.188): “*Muitos direitos foram conquistados nas sociedades democráticas, por meio de corajoso ativismo – a jornada de oito horas, o voto feminino, o direito de se sentar em qualquer restaurante*”.

Porém, com o passar do tempo, o privilégio do consenso foi tomando lugar no espaço que cabia ao conflito (MIGUEL, 2014a), justamente no contexto dos regimes democráticos. O conflito foi assim, perdendo sua legitimidade, tanto em virtude das expectativas criadas diante das *promessas da democracia* (BOBBIO, 2015) e da própria conquista do voto, quanto em virtude de pelo menos mais três motivos:

Primeiro, pela influência do período pós Segunda Guerra Mundial, onde se pregou a necessidade da busca da formação de consensos, chegando ao ponto de se considerar que uma participação popular mais efetiva seria interpretada pelos teóricos elitistas como um perigo à ordem vigente e à estabilidade democrática, como reforça Trindade (2014):

Schumpeter escreve sua obra no contexto de ascensão do nazi-fascismo e do stalinismo, regimes que se caracterizavam, entre outros fatores, pela forte presença das massas na política. (...) nos momentos em que a massa foi conclamada a se mobilizar politicamente, isso gerou instabilidade e totalitarismo (Avritzer, 2002a, p. 11). Com isso, a presença popular na política “passou a ser associada mais com o totalitarismo do que com a democracia” (Miguel, 2002b, p. 499). (TRINDADE, 2014, p. 42).

Para Trindade (2014), neste contexto marcado por conflitos sociais e políticos de grandes proporções, em que o economista Joseph Schumpeter escreveu a sua obra, repousa uma das razões pelas quais o seu pensamento conquistou uma adesão expressiva na Ciência Política, estabelecendo as bases teóricas do *mainstream* no campo da teoria democrática: “Toda a primeira metade do século XX, foi, aliás, testemunha de conflitos intensos no interior de nações e entre elas” (TRINDADE, 2014, p. 42).

O segundo motivo, se refere ao direcionamento dado pelos teóricos políticos da transição e consolidação de regimes democráticos na América Latina, aos quais não interessava orientar o caminho para uma transição mais profunda e radical, caracterizada por rupturas com grupos políticos dos regimes militares, que pretendiam manter o foco nas negociações e acordos que minimizassem enfrentamentos durante a passagem dos regimes autoritários aos democráticos, como assinala Vitullo (2007):

Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter (1988) defendem a necessidade de celebrar pactos entre os principais dirigentes do regime em decomposição e os líderes políticos do regime nascente como o melhor modo de construir uma democracia com boas perspectivas de consolidação. A negociação, o diálogo, as concessões recíprocas, são entendidas como instâncias que permitiriam escapar dos enfrentamentos ou antagonismos, os quais, na opinião dos citados, seriam sumamente prejudiciais para o futuro do novo regime democrático (VITULLO, 2007, p. 62).

E o terceiro motivo, pela influência que a Ciência Política recebeu no Brasil e em boa parte do mundo da academia norte-americana, sob condições de financiamentos inclusive privados, que acabavam influenciando na formação, no rumo dos departamentos e nas prioridades de pesquisas, como destaca Feres Junior (2000):

a academia americana tornou-se modelo para os departamentos de Ciência Política em outros países e polo exportador de tendências teóricas e temáticas. (...) Com a exceção parcial da teoria da dependência e da Ciência Política de inspiração marxista, as outras teorias e tendências da Ciência Política foram criadas naquele país. (FERES JR., 2000, p. 98 - 107).

Em relação a problemas enfrentados pela Ciência Política no debate sobre teorias democráticas, há o pensamento de Young (2014) que reforça essa discussão: segundo a autora, ressaltando-se poucas exceções, *“a teoria democrática contemporânea raramente reflete sobre o papel da manifestação e da ação direta”* (YOUNG, 2014, p. 187).

Mesmo assim, nesta segunda década do século XXI, apesar das pesquisas e análises em Ciência Política ainda hegemônicas no campo da institucionalidade e do privilégio do consenso, tem aumentado o número de pesquisadores que enxergam que a linha teórica que leva em consideração em seus estudos eventos extra-institucionais e ações de protesto e conflito, podem proporcionar uma compreensão mais ampla acerca da dinâmica democrática e do próprio exercício da atividade política. No Brasil, vale assinalar, esse tipo de evento tem passado a

ocupar cada vez mais espaço nas pautas das coberturas jornalísticas e, inclusive, na formação de bancos de dados³.

Ainda no âmbito da discussão teórica, vale apontar alguns caminhos levados em conta ao se tratar de protesto e conflito, que são peças fundamentais na conexão da teoria com o objeto desse estudo. Por exemplo, Tilly (1978) define evento de protesto como:

ações coletivas (envolvendo pelo menos duas pessoas), iniciadas por grupos da sociedade, de natureza extrainstitucional (são eventos públicos que rompem com a rotina e instauram ou ameaçam instaurar algum tipo de dano) e voltadas a sustentar reivindicações ou queixas que, se atendidas, afetariam o interesse de outras pessoas.” (TILLY, 1978 *apud* GAVÃO E TATAGIBA, 2019, p. 68).

Já o conceito de conflito adotado aqui, diz respeito ao entendimento de que o mesmo não se trata de um problema a ser superado, mas de um componente fundador da democracia e promotor de sua oxigenação (ABERS E VON BULOW, 2011; AMES, 2011; AVRITZER, 2008; MAGALHÃES, 2011; MELLO, 2014; MIGUEL, 2002; MIGUEL, 2003a; MIGUEL, 2003b; MIGUEL, 2014a; MIGUEL, 2014b; MIGUEL, 2017; OLIVEIRA E TAVARES, 2016; PASQUARELLI E ARIELO, 2017; PEREIRA, 2012; TRINDADE, 2018a; TRINDADE, 2018b; VITULLO, 2007; YOUNG, 2014).

Em contraponto, cabe assinalar a que teóricos mais afinados com a tentativa de construção do consenso no âmbito institucional, como os filiados às vertentes da democracia liberal, elitista e deliberativa, entendem que a pressão do conflito perturba a ordem democrática e põe em risco a propriedade privada e a estabilidade da sociedade e da economia – elementos fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, mesmo diante de diversos estudos que demonstram as incompatibilidades deste sistema com a democracia (BORON, 2001; WOOD, 2003; STREECK, 2012; FLEURY, 2018).

Porém, diante desta visão, questiona-se: por que não são respeitados os direitos e garantias de todos, para a convivência em uma sociedade mais justa, menos desigual e que ampare os que dela são excluídos? Os mais vulneráveis necessitam de visibilidade e de ampla proteção das leis, das instituições e do próprio Estado e não de tê-los como armas contra si. Diante disso, é possível mais uma reflexão: quem está em crise? A democracia ou um tipo hegemônico de sua

³ Galvão e Tatagiba (2019), além de terem desenvolvido um banco de dados inédito, divulgam como acessar o banco de dados de registro de protestos, conflitos e ações disruptivas da Folha de São Paulo.

institucionalização que não ressoa os interesses dos representados mais fragilizados?

3.o. A VOLTA DAS TORCIDAS ANTIFASCISTAS DE FUTEBOL

Não é de hoje que futebol e política se misturam no Brasil

Mesmo diante de fatos históricos e estudos que demonstram a conexão da política com o futebol (CALDAS, 1986; GUTERMAN, 2009; MARCZAL, 2011; VIMIERO ET AL, 2019; BALZANO, MUNSBURG E SILVA, 2018; NASCIMENTO, MENDES E NAIFF, 2014; SALAZAR, 2018; PIRES, 2020), muitos indivíduos ainda não compreendem ou são críticos da sua relação. De todo modo, o ambiente do futebol concentra a representação dos diversos setores e conflitos da sociedade; ou, mais ainda, “*o futebol é uma instituição política informal, cuja estrutura se relaciona com o processo de socialização política*” (NASCIMENTO E BRAGA, 2022, pág. 4).

Vale lembrar que torcidas organizadas, em um passado não distante, aliadas a jogadores famosos da época, como Sócrates, cumpriram papel fundamental na mobilização em defesa da democracia, Diretas Já, eleições diretas para governador e participação ativa dos cidadãos pelo fim da ditadura (GOZZI, 2002; SOARES E ZAGO, 2019; SILVA, 2019). E pelo menos mais dois momentos da história brasileira registram relações estreitas entre futebol e política, e em perspectivas diferentes: os períodos de Getúlio Vargas e de Emílio Médice (COSTA, 2009b, 2013; RIBEIRO E SOUZA, 2021).

Getúlio Vargas tomou uma decisão estratégica de valorização cultural, que englobava manifestações populares como o samba e especialmente o futebol, que passou a ser tratado como política de Estado (COSTA, 2009a), e foi mobilizado para a construção de um ‘novo Estado’, fortalecimento da identidade nacional, auxiliando na coesão do povo brasileiro e na projeção do Brasil para o exterior. Segundo Costa (2009a):

No que se refere à cultura, esse período marcou a promoção do samba e do futebol como elementos fundamentais para uma nova definição da identidade nacional. O samba, nascido junto às camadas populares, conquistava as elites; o futebol, que havia sido um esporte aristocrático em sua chegada ao país, tornara-se uma das maiores paixões das camadas populares. Ambos, no entanto, foram elevados a símbolos do que era ser brasileiro. Foi justamente essa proximidade do povo e sua identificação com a nação que aproximou o esporte ao projeto Varguista. No novo

governo, a construção da pátria e de um novo ideal de nacionalidade brasileira era o cerne do plano oficial para a cultura nacional.

Já o gaúcho Médici, que chegou a ser jogador do Grêmio de Bagé, foi um presidente *“imposto goela abaixo dos brasileiros. Mas não era a imagem de ditador que o regime queria passar à população. (...)Torcedor do Grêmio, Médici também passou a dizer que apoiava o Flamengo, uma atitude vista como populista, para ganhar a afeição da maior torcida do país”* (FÓRUM VERDADE, 2014). Além de confirmar essas informações, PIRES (2020), afirma que o presidente forçou ingerências no time e que:

O ditador gostava de futebol e enxergava na primeira Copa que seria transmitida ao vivo pela TV no país a oportunidade de ofuscar o endurecimento da repressão em seu início de Governo. Apropriando-se de campanhas ufanistas, com o jingle “Pra frente Brasil”, Médici colou sua imagem no escrete nacional ao evocar o patriotismo de torcer pela seleção [que] era comandada pelo jornalista e notório militante comunista João Saldanha. A dois meses da Copa, ele foi dispensado do cargo, acusando o Governo de ter pedido sua cabeça devido ao posicionamento contrário ao regime militar (...) uma semana depois, Médici regulamentou os jogos da loteria e por meio da CAIXA turbinou os cofres da CBF, sob o comando de João Havelange. (PIRES, 2020)

Assim como neste período alguns generais tentaram usar o futebol e as torcidas para popularizar a si mesmos e aos seus discursos, a mesma prática foi observada no Brasil de 2020 por um presidente da República, militar da reserva, que se pautou em princípios autoritários e tentara se aproximar de times de futebol desde a pré-campanha (GUTERMAN, 2004; MAGALHÃES, 2011), em moldes semelhantes ao de Médice.

O cenário do retorno

No curso da segunda década do século XXI, o mundo observou a eclosão de grupos e lideranças, especialmente identificados com a extrema-direita, que passaram a se colocar abertamente nas redes e mídias sociais e nas ruas como defensores do que se convencionou em chamar no senso comum de “politicamente incorreto” e ainda de modo mais extremista, a se posicionarem como “antissistema”.

No caso do Brasil, no ano de 2020, muitos desses grupos declaravam-se abertamente favoráveis à intervenção militar, ao fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e ao presidente da República Jair

Bolsonaro⁴, colecionador antigo de características autoritárias, negacionistas, misóginas, homofóbicas e racistas e que se fazia rotineiramente presente em diversas dessas manifestações, às vezes discursando, o que sinalizava claramente o seu apoio (CNN BRASIL, 2020).

Em algumas dessas manifestações, chamadas por tais grupos de “democráticas”, foram registrados ataques à imprensa e seus profissionais (FERNANDES E PUPO, 2020) e expressas condutas fascistas e supremacistas, “reinando” solitárias no espaço que historicamente fora ocupado pelas esquerdas: as ruas (G1, 2020). Sobre essa questão, mais um agravante: nesta década, já havia sinais de que outros setores estavam não só ocupando este espaço, mas também produzindo consequências; para Trindade (2018a):

(...) a onda de protestos realizados entre o final de 2014 e meados de 2016 em favor da deposição de Dilma Rousseff da presidência da república demonstram que as ruas não pertencem exclusivamente aos grupos situados à esquerda do espectro político (TATAGIBA, TRINDADE E TEIXEIRA, 2015; ORTELLADO E SOLANO, 2016) APUD (TRINDADE, 2018a, p.3)

Neste contexto, ao que pesquisas prévias indicaram, ele os coletivos antifascistas de torcidas organizadas de futebol, que foram às ruas em diversas capitais em junho de 2020, especialmente em São Paulo, foram os primeiros a assumirem o protagonismo em defesa da democracia, no momento em que a mesma se encontrava sob crescente ameaça explícita e tensionamento constante pela parte do governo Bolsonaro e seus apoiadores. Na ocasião, esses coletivos colocaram-se em uma posição de contraponto político, ocupando o vácuo deixado pelos sindicatos, partidos e movimentos mais tradicionais à esquerda, que enfrentavam dificuldades de mobilização, em virtude da pandemia.

Surge o coletivo SomosDemocracia

Inquietos com a situação, reuniram-se figuras históricas que atuaram na Democracia Corinthiana, como fundadores da Gaviões da Fiel (VASCONCELOS, 2019), e diversos grupos de torcidas organizadas, unidas sob a bandeira do SomosDemocracia, formando um contra-movimento antifascista, que ocupou as ruas, com os devidos cuidados por causa da pandemia e adotando uma postura de enfrentamento. Questionado sobre como o movimento ressurgiu, um dos

⁴ Eleito em um processo controverso, utilizando-se de *fakenews* e beneficiando-se da cassação também questionável da candidatura do líder das pesquisas, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

líderes do *SomosDemocracia*, membro da nova geração da torcida do Corinthians, PÁSSARO (2021) explicou:

Nasce já na pista: 2020, em plena pandemia, quando o governo Bolsonaro dava várias indicações de que tentaria dar um golpe, atacava a democracia semanalmente; várias manifestações legitimadas por ele (...) pediam a volta da ditadura, intervenção militar com Bolsonaro no poder (...) então a gente saiu pras ruas com o objetivo de confrontar essas ideias, confrontar esses grupos e a gente mostrar que tinha gente disposta a defender a democracia... (PÁSSARO, 2021).

Ironicamente, enquanto a democracia estava sendo atacada com o suporte de dentro – e por dentro – das próprias instituições democráticas, em especial pelo chefe do Executivo, sua defesa mais significativa se dava por fora da institucionalidade, nas ruas, em meio a protestos e conflitos com grupos adversários e confrontos com o próprio Estado e seu aparato policial, pois os demais poderes se limitavam a emitir notas de repúdio.

4.0. O *somosdemocracia*, seus repertórios e adaptações

O *SomosDemocracia* é um movimento informal e seu modo de organização interna é horizontal, mas, existem pessoas que devido a sua experiência e formação, acabam fazendo valer suas opiniões e orientações. Mesmo diante da cultura de participação dos integrantes, adaptações foram feitas nos repertórios para dar respostas a um contexto afetado pela pandemia. Para ALONSO (2012) a teoria do Confronto Político:

“explica o surgimento e o desenrolar de mobilizações coletivas mediante a reconstrução do contexto político, ou da estrutura de oportunidades e ameaças políticas, principalmente as relações de força entre as autoridades – grupos ocupando cargos no Estado –, e os desafiantes – que se encontram do lado de fora. (ALONSO, 2012, pág. 21)

Considerando as ameaças políticas que estavam dadas, os desafiantes tiveram um duplo desafio: contrapor-se tanto às autoridades do lado de dentro, como o presidente da República, quanto aos seus apoiadores, que estavam do lado de fora – assim como os próprios desafiantes, além dos braços armados do Estado. Os desafiantes então, adotaram uma tática que se mostrou eficaz: tomaram a decisão de ocupar as ruas nos mesmo horários e nos mesmos espaços físicos para pressionar os fascistas a se dispersarem e desocuparem as suas trincheiras. Segundo PÁSSARO (2021), o coletivo nasceu para ser um movimento antifascista e de confronto, que, por hora, cumpriu sua missão:

O objetivo era expulsar os fascistas das ruas. E a gente conseguiu né? Quando a gente começou a tomar as ruas, marcar as manifestações nos mesmos lugares deles, eles pararam de fazer né? Eles recuaram, eles saíram das ruas.... e não voltaram até hoje! (PÁSSARO, 2021)

Passados os momentos mais tensos, performances e repertórios sofreram novas adaptações. A preocupação do *SomosDemocracia*, era pensar em novas ações para que seus líderes e apoiadores não se desarticulassem. De acordo com PÁSSARO (2021):

Teve momentos que a gente não fez manifestação, mas fez ação de impacto visual, que a gente tem uma bandeira de mais de 100m escrito ForaBolsonaro e a gente estendia esse bandeirão (não só na Av. Paulista) em vários lugares. Ações na Brasilândia, no Viaduto do Chá e a gente divulgava bastante nas redes sociais essas iniciativas. (PÁSSARO, 2021)

Segundo o entrevistado, no momento atual (outubro/2021), por conta da pandemia, as ações ficaram mais restritas e limitadas a participações pontuais em manifestações a exemplo do *ForaBolsonaro* e do dia da Consciência Negra. O coletivo nunca se utilizou de cartazes, *outdoors* ou panfletos e, apenas uma vez, recorreu a um carro de som para fazer campanha de prevenção à COVID19 nas periferias. Ainda assim, são realizadas reuniões periódicas para planejar atividades de formação e atividades sociais, basicamente de entrega de marmitex e cestas básicas aos mais atingidos pela pandemia nas periferias de São Paulo. As reuniões ocorreram em sua maioria de forma presencial, mas nos momentos mais difíceis da pandemia utilizaram bastante o aplicativo *Zomm Meetings*, com o qual não houve dificuldade de adaptação.

Esse conjunto de ações serviu como exemplo para mostrar como as performances se adaptaram conforme o contexto e contribuíram para manter os atores permanente articulados, mesmo em momentos sem a necessidade da confrontação direta. E ainda, para indicar a presença de repertórios que mesmo se desenrolando no mundo *off-line*, eram articulados no mundo *on-line* e nele repercutiam retroalimentando o movimento.

As tendências híbridas nas articulações do *SomosDemocracia*

Como dissemos, o coletivo conseguiu reunir nas principais capitais do país coletivos antifascistas de diversas torcidas organizadas de futebol, inclusive rivais entre si, e em um contexto pandêmico (PETROCILO E SABINO, 2020; MAGRI,

2019). Neste mesmo período, no ambiente político geral, de partidos à militância e movimentos sociais, havia um questionamento sobre se o “*on-line*” substituiria o “*off-line*”, devido inclusive, às influências das plataformas de redes e mídias sociais digitais nas eleições 2018.

Surge a questão: de que maneira plataformas digitais integraram as articulações entre as torcidas e os seus *repertórios*? Só para rememorar o conceito, TARROW (2009) destaca a definição de TILLY (1992) a respeito de *repertório*: “*um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha*” (TILLY, 1992, p. 7, *apud* TARROW, 2009, p. 51).

Com relação à forma de se comunicar internamente e com os demais líderes, inclusive de outros estados, o *WhatsApp* foi o principal instrumento, seguido de reuniões presenciais quando possível. Pelo aplicativo, interagem através de vários grupos como: *SomosDemocraciaSãoPaulo*, *SomosDemocraciaBrasil*, e *SomosDemocraciaParaná*. Pelo *WhatsApp*, todos estão permanentemente em contato uns com os outros, haja ou não ação planejada. Isso é o que reforça a importância da internet para PÁSSARO (2021):

É totalmente fundamental (...) diria até que 100% cara. Seria muito difícil sem a internet conseguir articular um movimento nacional pensando o quão grande o Brasil é (...) através dos grupos de *WhatsApp* principalmente, a gente consegue conversar com várias pessoas de várias regiões ao mesmo tempo (...) saber as opiniões das lideranças de cada estado ali também no mesmo grupo (...) centralizar informações e ações pra todo mundo fazer a mesa ação, no mesmo dia, mesmo horário, da mesma forma, com o mesmo conteúdo. (PÁSSARO, 2021).

Na comunicação com o público externo, se apresentavam virtualmente utilizando a *hashtag* #*somosdemocracia*. Não possuem *site*, *blog*, perfil no *Twitter*, *TikTok*, ou canal no *Youtube*, mas apenas “no *Facebook* e *Instagram*, que foram importantes nos momentos que a gente chamava as manifestações e apareciam lá públicos espontâneos” (Pássaro, 2021), ou seja, um público com quem não tinham contato, mas era simpático às pautas do movimento, amplificando assim tamanho, visibilidade e poder de pressão. Quanto aos perfis nas plataformas, grupos de companheiras cuidam do conteúdo e criam artes, mas, até por serem recentes, os perfis dos líderes eram mais movimentados e possuíam mais visibilidade e seguidores. Assim, reconhece, a internet é fundamental “*pra quem se dispõe a fazer luta política e também se tornou um espaço de debate, convencimento, persuasão e de formação. Hoje em dia muita*

gente se forma, forma sua opinião a partir de vídeos, textos, debates, opiniões que são expostas nas redes sociais” (Pássaro, 2021).

Para compreender melhor o grau de importância da internet para organização do movimento, questionamos acerca de que percentuais poderiam ser atribuídos para expressar tal importância, ao que obtivemos como resposta: “60% *off-line* e 40% *on-line* (Pássaro, 2021). Em que pese a relevância do percentual atribuído, nenhuma ação foi realizada apenas virtualmente. Sobre o futuro da participação política, PÁSSARO (2021) entende que será híbrido e entende a internet como espaço de discussão política e pontuação de posições e que as pessoas vão ter que se adaptar à uma realidade dialética:

a participação presencial também ela é fundamental e diria que é dialético ne? As redes sociais ela consegue ampliar uma participação *off-line* e a participação *off-line* também pode ampliar a participação nas redes sociais. Então se a gente quer fazer uma grande manifestação, a gente depende muito das redes sociais pra atingir pessoas que a gente então consegue atingir presencialmente, nos espaços que a gente frequenta; da mesma forma, a rede social precisa dessas ações *off-lines* pra ter um engajamento, pra criar um conteúdo diferente... (PÁSSARO, 2021).

Finalmente, os três momentos mais marcantes dentre os diversos ocorridos no ano de 2020 e relatados por PÁSSARO (2021), evidenciaram repertórios de confrontos organizados e desenvolvidos de forma híbrida, demonstrando tanto um rol de adaptações conforme o momento e o tipo de confrontação, quanto o fato de que “*protesto digital não substitui o protesto de rua*” (von Bülow, 2020, pág. 12).

No primeiro, em 31 de maio, a ação inicial dos torcedores da Gaviões da Fiel foi capaz de agregar outras torcidas – cada uma com seu histórico e cultura de repertórios, ampliando a visibilidade *on-line* e *off-line* e exercendo forte poder de pressão nas ruas. Foi a primeira grande mobilização: “*a gente saiu com mais de mil pessoas da Gaviões da Fiel e se somaram outros torcedores, chagando ali a mais de 2.000 pessoas*” (Pássaro, 2021). No segundo, o coletivo associou-se à uma luta antirracista internacional com forte capilaridade interna – Tilly também se debruça sobre eventos que transpõem barreiras nacionais e adaptam seus repertórios a contextos e culturas locais. Registraram aí a maior mobilização em termos quantitativos: “*O 2º momento foi quando a gente se juntou com o Movimento Negro: tava ocorrendo várias manifestações no mundo inteiro por causa do assassinato de George Floyd nos Estados Unidos e a gente fez uma*

manifestação de mais de dez mil pessoas no Largo da Batata” (Pássaro, 2021). O terceiro, final de junho, foi o Ato Nacional em Brasília: a identidade e conteúdo do movimento tomaram a forma de uma carta, entregue ao representante de uma das instituições atacadas: *“eu fui com o objetivo de entregar uma carta pro Rodrigo Maia, reivindicando que ele acolhesse um dos vários pedidos de impeachment que tinha contra o Bolsonaro e acabei lendo essa carta diante da Globonews”* (Pássaro, 2021). O ato presencial ocupou entorno de dez minutos em rede nacional com a leitura da carta, e repercutiu nas redes e mídias sociais.

A Participação política e influências problemáticas das TIC

A influência das TIC na organização do *SomosDemocracia*, surgiu na pandemia. Na entrevista com PÁSSARO (2021), ficou perceptível que tanto ele quanto os demais articuladores, que têm ligações com outros movimentos e atividades de participação política, são ativistas familiarizados com diversos repertórios e encaixam-se no entendimento de que *“Quando ativistas decidem como organizar uma ação coletiva, eles a escolhem a partir de um portfólio finito de técnicas e práticas já experimentadas e que possuem legitimidade social e política”* (ABERS, SERAFIM E TATAGIBA, 2014, pág. 327).

É importante considerar que o mundo vive a Revolução 4.0, marcada pela personalização e precisão proporcionada pela capacidade de apropriação e processamento de dados dos Big Datas e pela velocidade em escala industrial, proporcionada pelas Tecnologias de Comunicação e Informação, aplicadas às coisas “IOT” e às plataformas digitais (Schwab, 2016; Davis e Schwab, 2018). Considerando a existência de plataformas de mídias e redes digitais, alguns questionamentos são úteis para refletir sobre possíveis influências do emprego das mesmas na participação política: as TIC respeitam a privacidade dos usuários? Quando se pensa na forma do seu desenvolvimento, observa-se que não é o caso (Zuboff, 2019). Em relação à governança da internet (Wagner et al, 2014; DeNardis e Musiani, 2016) e a suposta “isenção” das plataformas digitais, especialmente quando se trata de mineração de dados (Jorgensen, 2019), é possível crer que estão livres de interferências políticas? Igualmente, a resposta é não, pois suas conexões entre si e entre usuários, bem como sua forma de interação, seguem regras que vão desde a gestão da internet, que ainda se encontra centralizada no EUA, via controle do IP (Wagner et al, 2014) à

arquitetura e construção de cada uma: Facebook, Instagram, WhatsApp, Twitter, TikTok, Youtube e Google.

Esta é também a percepção de PÁSSARO (2021) ao ser questionado sobre estes temas, embora se utilize de algumas delas na articulação e repertório do movimento:

Não acredito que são neutras, os algoritmos tendem a censurar determinados conteúdos (...) se eu escrevo a palavra comunismo, poucas pessoas vão ver. E já percebo que por vezes, conteúdos mais relacionados a pautas que seriam de interesse das plataformas, pautas mais liberais, tendem a ter maior engajamento. Tem os interesses privados e norte-americanos (...) se a gente vai divulgar uma matéria que fale bem da China, o engajamento vai ser muito baixo. (PÁSSARO, 2021).

Por fim, Pássaro (2021) alertou ainda aos problemas como *fakenews*, ataques à honra, imagem e reputação das pessoas, ao cancelamento e à necessidade do Estado brasileiro se debruçar sobre o assunto. Por último, baseado nos escândalos revelados por Edward Snowden, chamamos atenção à questão da soberania nacional, no aspecto da comunicação e acesso a informações sigilosas, pois as plataformas são empresas privadas, com interesses geopolíticos e econômicos e majoritariamente sediadas nos EUA.

5.0. Considerações finais

A conexão entre a reflexão teórica proposta – discutir formas mais amplas de participação no contexto do regime democrático, considerando protesto e conflito em meio a esse processo – e o objeto empírico eleito para estudo à luz da teoria, traz uma constatação irônica: enquanto a democracia no Brasil era atacada com o suporte “de dentro – e por dentro” das próprias instituições democráticas, a sua defesa talvez mais significativa ou pelo menos mais visível, ao que parece, se deu “por fora” da institucionalidade, em meio a protestos, conflitos com grupos adversários e confrontos com o próprio Estado e seu aparato policial. Coincidência ou não, o fascismo e o nazismo foram implantados – também, mas não só – a partir “de dentro” das instituições, que conservaram inicialmente aparências democráticas formais e que testaram os seus limites, até que se chegou ao ponto em que condições suficientes à implantação destes regimes foram reunidas, e as consequências foram trágicas à história da humanidade.

Em relação aos *repertórios* do coletivo, no que diz respeito aos instrumentos utilizados nas mobilizações, partilhamos do modelo de análise de VON BÜLOW (2020), que destaca quatro tendências do ativismo digital no Brasil em contexto pandêmico, que serviram como enquadramentos para este estudo: não houve dificuldade por parte do *SomosDemocracia* na *apropriação* de recursos digitais, nem na *diversificação* e *adaptação* das atividades ou mesmo na *integração* entre as ações de ativismo presencial e digital; ao contrário, agregou-se inovação ao movimento. Isso ficou claro ao analisar as atividades relatadas na entrevista; as formas e as adaptações aos repertórios, mesmo diante da cultura dos integrantes do movimento; e as dificuldades de articulação e organização superadas com a utilização do WhatsApp, Zoom, Facebook e Instagram.

Os rumos dos repertórios de participação política, seguiram um caminho imbricado pelas conexões entre ruas e infovias, portanto híbrido, que construiu pontes entre as arenas *on-line* e *off-line*. A influência das TIC, foi análoga à desempenhada por ferramentas e veículos de comunicação, porém, com ganho de escala em termos de alcance e precisão. Em que pese a descrença na neutralidade das plataformas e a má utilização por determinados grupos políticos, o *SomosDemocracia*, reconheceu que elas geraram impactos positivos em seus repertórios, facilitando a organização e articulação do movimento interna e externamente, bem como ampliando o alcance e a visibilidade do coletivo. Assim, nosso olhar é compatível com uma visão que não descamba para o *ciber-otimismo* ou *ciber-pessimismo*, mas que se concentra no equilíbrio entre ambas e foca no realismo que requer cada contexto, sem “*superestimar a novidade, nem minimizar o impacto do ativismo digital*” (von Bülow, Dias e Gobbi, pág. 13). Olhar atento às possibilidades de manipulação e indução de comportamentos via modelagem psicométrica e micro-direcionamento (Brito Cruz et al, 2019); à permeabilidade às programações de algoritmos; ao poder econômico por meio dos impulsionamentos; aos rumos do futuro pós-pandêmico; mas que visualize o usufruto de modo sustentável e responsável dos benefícios das inovações tecnológicas.

Por outro lado, este estudo proporcionou a oportunidade de perceber o quanto o mesmo é fértil em termos de poder se multiplicar através da observação das falas, discursos, reivindicações e do entendimento do que mais está em jogo

na visão dos coletivos, já que, segundo os próprios participantes dos protestos de junho de 2020, suas pautas foram além do ForaBolsonaro (STABILE E VASCONCELOS, 2020) e do contraponto à sua representação antissistema. Outras questões que se somam à defesa da democracia, como o combate ao fascismo, racismo, machismo, lgbtfobia, misoginia e desigualdades sociais, dentre outros, que ensejam diversas outras agendas de pesquisas.

Além de haver muito a se aprender com esses coletivos, este estudo colaborou com a visibilidade a um aspecto acadêmico, defendido por Trindade (2018b, p. 14), “*que diz respeito à necessidade de incluir novas formas de mobilização no debate teórico em curso sobre a participação política na sociedade brasileira*”. Ou seja, estudar o *modus operandi* destes coletivos que atuaram – e poderão voltar a atuar – por meio de protestos, poderá ajudar a promover uma articulação analítica entre teoria e prática, gerando assim, possíveis contribuições à vertente teórica da democracia participativa.

Por fim, ressalte-se que esses coletivos podem estar revelando novas lideranças e novas formas de fazer política, com o potencial de oxigenar também a imagem desgastada da própria democracia, que, em seu modelo constitucional e formal, há muito não responde aos anseios de boa parte dos cidadãos, especialmente dos excluídos.

Referências

- ABELIN, Pedro. “Comunicação populista: uma proposta analítica a partir do Movimento Brasil Livre e da Mídia Ninja”, dissertação de mestrado, Instituto de Ciência Política, UnB, disponível no Repositório de teses da BCE/UnB. 2020.
- ABERS, R.; VON BULOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, 13 (28): 52-84, 2011.
- ABERS, Rebeca; SERAFIN, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, pp. 325 a 357.
- ALMEIDA, D.R., Instituições participativas no Brasil: Quando representado se torna representante. *Revista Desigualdade & Diversidade*, 16: 1-4, 2019b.
- ALMEIDA, Débora Rezende. Representação precisa de participação. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07 de maio de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/05/representacao-precisa-de-participacao.shtml>.
- AMES, J.L. Lei e violência ou a legitimação política em Maquiavel. *Trans/Form/Ação*, 34 (1): 21-42, 2011.
- ALONSO, Ângela. REPERTÓRIO, SEGUNDO CHARLES TILLY: HISTÓRIA DE UM CONCEITO. *Revista Sociologia & Antropologia* | v.02.03: 21–41, 2012.

- ALONSO, Ângela; BOTELHO, André. REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA E CONFRONTOS POLÍTICOS: ENTREVISTA COM SIDNEY TÁRROW. *Revista Sociologia & Antropologia* | v.02.03: 11–19, 2012.
- AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 14 (1): 43-64, 2008.
- BALZANO, O.N., MUNSBURG, J.A.S., SILVA, G.F. Futebol como ferramenta e estratégia descolonial: contribuições “outras”. In: SEFIC, 2018, Anais da XIV SEFIC Unilasalle, 2018.
- BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. SP: Paz e terra, 2015.
- BORÓN, A.A. A Coruja de Minerva: Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Editora Vozes, 2001.
- BRITO CRUZ, Francisco; MASSARO, Heloisa; OLIVA, Thiago; BORGES, Ester. Internet e eleições no Brasil: diagnósticos e recomendações. InternetLab, SP, 2019.
- CALDAS, Waldenir. Futebol no país do futebol. *Constituinte • Lua Nova* 3 (2) • Dez 1986.
- COSTA, M. S. D. “O esporte como política de Estado: Vargas”. In: Mary Del Priore; Victor Andrade de Melo (org.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009a, p. 213-244.
- COSTA, M. S. D. Estado Novo e esporte: uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945). 2013.
- COSTA, M. S. D. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 398-421, julho-dezembro de 2009b.
- CNN BRASIL. Bolsonaro discursa em ato em frente a quartel com pedidos de intervenção militar. CNN BRASIL, SP, 2020. Em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-ato-em-frente-aquartel-com-pedidos-de-intervencao-militar>>. Acesso 09/20.
- DENARDIS, L.; MUSIANI, F. 2016. “Governance by infrastructure”, em: Musiani et al (orgs.), *The turn to infrastructure in Internet governance*, Palgrave Macmillan, p. 3-21.
- FERES JÚNIOR, J. Aprendendo com os erros dos outros: O que a história da ciência política americana tem para nos contar. *Rev. Sociol. Polít.*, 15: 97-110, 2000.
- FERNANDES, Talita; PUPO, Fábio. Manifestantes pró-Bolsonaro agridem e ameaçam jornalistas em ato no Planalto; veja vídeo. Folha de S. Paulo, SP, 3/5/20. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/manifestantes-pro-bolsonaroagridem-e-ameacam-jornalistas-em-ato-no-planalto-veja-video.shtml?origin=folha>>. Acesso em: Setembro de 2020.
- FLEURY, S. Capitalismo, democracia, cidadania - contradições e insurgências. *Saúde debate*, 42(3): 108-124, 2018.
- FLORENZANO, P.J. Democracia Corinthiana: Práticas de liberdade no futebol brasileiro. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.
- FÓRUM VERDADE. Cinquenta histórias de futebol e Ditadura. 2014. Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/blog/2014/07/02/cinquenta-historias-de-futebol-e-ditadura/#:~:text=Como%20em%20outros%20campos%20da,a%20ditadura%20militar%20no%20Brasil>

- G1. Apoiadores de Bolsonaro fazem ato em frente ao Supremo com tochas e máscaras brancas. G1, BSB, 31/05/20. Em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/apoiadores-de-bolsonaro-realizam-ato-emfrente-ao-stf-com-tochas-e-mascaras.ghtml>. Acesso em: Setembro de 2020.
- GAVÃO, A., TATAGIBA, L. Os protestos no Brasil em tempos de crise: (2011-2016). *Opinião pública*, 25 (1), 2019.
- GOZZI, R.; BRASILEIRO, S. *Democracia Corinthiana: a utopia em jogo*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- GUTERMAN, M. Médicos e o Futebol: A utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do Regime Militar. *Projeto História*, 29(1): 267-279, 2004.
- GUTERMAN, M. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- Jorgensen, R. F. 2019. "Introduction". In Jorgensen, R. F. (Ed), *Human Rights in the Age of Platforms*. Boston: The MIT Press.
- MAGALHÃES, R.F. Os usos ambíguos do argumento do conflito em Maquiavel e Aristóteles. *Sociol. Polít.*, 19 (39): 53-65, 2011.
- MAGRI, Diogo. Torcidas antifascistas se multiplicam nas arquibancadas do futebol brasileiro. *El País*, SP, 25/12/19. Em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2019-12-25/torcidas-antifascistas-se-multiplicam-nasarquibancadas-do-futebol-brasileiro.html>. Acesso: 09/20.
- MARCZAL, E.S. *O caneco é nosso: futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR.
- MARTINS, M.Z. *Democracia Corinthiana: sentidos e significados da participação dos jogadores*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – UNICAMP.
- MARTINS, M.Z., REIS, H.H.B. *A Democracia Corinthiana e ação sindical: A narrativa da integração entre o movimento alvinegro e o sindicato dos jogadores de futebol*. *Movimento*, 20 (4): 1351-1371, 2014.
- MELLO, R. Entre o consenso e o conflito ou qual o lugar dos movimentos sociais na relação entre teoria social e democracia?. *Revista brasileira de sociologia*, 02 (4): 271-291, 2014.
- MIGUEL, L.F. *A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 45 (3): 483-511, 2002.
- MIGUEL, L.F. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". *Lua Nova*, 92: 13-43, 2014a.
- MIGUEL, L.F. *Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta*. *Opinião Pública*, 20 (1): 118-131, 2014b.
- MIGUEL, L.F. *Democracia na periferia: receitas de revitalização democrática à luz da realidade brasileira*. *Revista Mediações*, 8 (1): 9-23, 2003a.
- MIGUEL, L.F. *Democracia: crise e possibilidades*. *Com Ciência*, 4 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.comciencia.br/democracia-crise-e-possibilidades/>. Acesso 09/20.
- MIGUEL, L.F. *Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política*. *RBCS*, 18 (51), 2003b.
- MIGUEL, L.F. *Resgatar a participação: Democracia participativa e representação política no debate contemporâneo*. *Lua Nova*, 100: 83- 118, 2017.
- MIGUEL, L.F. *Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento*. SP: BIB (59): 5-42, 2005.

- NASCIMENTO, I.F.G., MENDES, B.G., NAIFF, D.G.M. “Salve a seleção”: ditadura militar e intervenções políticas no país do futebol. *Psicologia e Saber Social*, 3(1): 143-153, 2014.
- NASCIMENTO, J. F.; BRAGA, M. S. S. O futebol como meio campo para a política: o jogo além das quatro linhas. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 30, e 023, 2022.
- OLIVEIRA, I.C., TAVARES, F.M.M. Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 19: 11-45, 2016.
- PASQUARELLI, B.V.L., ARIELO, F.S. Filosofia política e democracia: a importância do antagonismo e do conflito para a construção da política. *Conhecimento Online*, 9 (2), 2017.
- PÁSSARO, D.A.V. Entrevistado por Robson Vasconcelos Carvalho, em 27/10/2021; Duração: 35’56”. Meio de gravação: Plataforma ZOOM, áudio e vídeo. São Paulo, 2021.
- PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PEREIRA, M.A. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *Opinião pública*, 18 (1): 68-87, 2012.
- PETROCILO, C; SABINO, A. Com conflitos internos, torcidas planejam novo ato pró-democracia. Folha de S. Paulo, SP, 1/6/20. Em <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2020/06/com-conflitos-internos-torcidas-planejam-novo-ato-pro-democracia.shtml>. Acesso 09/20.
- PIRES, Breiller. Futebol e política, uma mistura tão óbvia quanto a alienação de quem a despreza. *El País*, 01 de junho de 2020. Em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-01/futebol-e-politica-uma-mistura-tao-obvia-quanto-a-alienacao-de-quem-a-despreza.html>. Acesso 09/20.
- PIRES, Breiller. A seleção que ‘presenteou’ a ditadura com uma taça. São Paulo. 07 JUN 2020-22:41 CEST. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-07/a-selecao-que-presenteou-a-ditadura-com-uma-taca.html>
- RIBEIRO, L. C.; SOUZA, J. U. O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas (1930-1945). *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 160-181, jan./abr. 2021 | www.revistatopoi.org
- SALAZAR, I. Futebol, nacionalismo e antifascismo. *Ponto Urbe*, 22: 1-4, 2018.
- SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. São Paulo. Edipro, 2016.
- SCHWAB, K; DAVIS, N. Aplicando a quarta revolução industrial. São Paulo. Edipro, 2018.
- SILVA, E.P. A década de 1980: Política e futebol no cenário da redemocratização brasileira. *Rev. Cantareira*, 31: 44-59, 2019.
- SOARES, A.R., ZAGO, L.F. Sócrates como conexão: futebol e política em páginas de torcidas Antifascistas de futebol na rede social Facebook. In: XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Porto Alegre, Anais da Intercom, 2019.
- STABILE, A.; VASCONCELOS, C. Antifas: quem são e por que lutam. *Ponte*, 4 de junho de 2020. Disponível em: <https://ponte.org/antifas-quem-sao-e-por-que-lutam/>. Acesso 09/20.
- STREECK, W. As crises do capitalismo democrático. *Novos estudos*, 92: 35-56, 2012.
- TARROW, Sidney. (2009). Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis, Vozes.
- TILLY, C. How to Detect, Describe, and Explain Repertoires of Contention. Mimeo. 1992.

- TRINDADE, T.A. A relação entre protesto e deliberação: reflexões para o aprofundamento do debate. *Opinião pública*, 24 (1): 1-28, 2018b.
- TRINDADE, T.A. Os limites da democracia: A legitimidade do protesto no Brasil participativo. *RBCS*, 33 (97), 2018a.
- TRINDADE, T.A. Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo. 2014. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas.
- VASCONCELOS, Caê. O Corinthians luta por democracia e liberdade. E as duas estão sob ataque. Ponte, 8 de agosto de 2019. Disponível em: <https://ponte.org/o-corinthians-lutou-pordemocracia-e-liberdade-e-as-duas-estao-sob-ataque/>. Acesso em: Setembro de 2020.
- VIMIEIRO, A.C., et al. Despolitização e re-politização do futebol: em análise, a defesa das “tradições” pelos movimentos contra o futebol moderno no Brasil. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém (PA), 2019, Anais da Intercom, 2019.
- VITULLO, G.E. Além da transitologia e da consolidologia: um estudo da democracia argentina realmente existente. Tese (Doutorado) – UFRS, 2005.
- VITULLO, G.E. O lugar do conflito na teoria democrática contemporânea. *T10*: 61-83, 2007.
- VON BÜLOW, Marisa. “Os Impactos da Pandemia no Ativismo Digital”, Relatório de Pesquisa # 02, Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia, Brasília, 17/11/2020, disponível em: <https://resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>
- VON BÜLOW, Marisa; GOBBI, Danniell; DIAS, Tayrini. “Ativismo digital: uma agenda para além dos binarismos”, No prelo.
- WAGNER, F; Canabarro, D. 2014. A governança da Internet: definição, desafios e perspectivas, em: Pimenta, M. e Canabarro, D. Governança Digital, POA: Ed. UFRGS.
- WOOD, E.M. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. Ed. Boitempo, 2003.
- YOUNG, I.M. Desafios ativistas à democracia deliberativa. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 13: 187-212, 2014.
- ZUBOFF, Soshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro, Intrínseca. 2019.